

Demonstrações Contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Senhores Acionistas,

A Administração do Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. (“Daycoval Leasing”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020, bem como o relatório dos auditores independentes.

Destaques Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no semestre findo em 30 de junho de 2020 lucro líquido de R\$ 33,5 milhões (R\$ 29,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2019). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 30 junho de 2020 em R\$ 1,3 bilhões (R\$ 1,2 bilhões em dezembro de 2019). As captações de recursos em junho de 2020 são mantidas junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 735,5 milhões (R\$ 677,5 milhões em dezembro de 2019).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Mais informações relativas à gestão de riscos do Daycoval Leasing e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da Circular BACEN nº 3.678/2013, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para os semestres findos em 30 de junho de 2020, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 25 de agosto de 2020.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência nota explicativa	30 de Junho 2020	31 de Dezembro 2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.457	6.280
Instrumentos financeiros		1.215.675	1.119.112
Carteira de crédito		1.215.675	1.119.112
Operações de crédito	6	156.008	149.454
Operações de arrendamento mercantil financeiro	6.f)	1.050.367	965.665
Operações de arrendamento mercantil operacional		115.961	99.366
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(115.702)	(99.176)
Outros créditos com características de concessão de crédito	6	9.041	3.803
Provisão de perda esperada associada ao risco de crédito		(17.735)	(21.459)
Operações de crédito	7	(1.983)	(1.672)
Operações de arrendamento mercantil	7	(15.707)	(19.787)
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito	7	(45)	-
Créditos tributários	13.c)	13.045	11.954
Outros créditos		7.832	10.408
Diversos	8	7.832	10.408
Outros valores e bens		151	68
Outros valores e bens		151	68
Imobilizado de uso	9	1.033	358
Outras imobilizações de uso		2.966	2.327
(Depreciações acumuladas)		(1.933)	(1.969)
Imobilizado de arrendamento operacional	10	112.337	94.939
Bens arrendados		233.172	200.867
(Depreciações acumuladas)		(120.835)	(105.928)
TOTAL DO ATIVO		1.333.795	1.221.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência nota explicativa	30 de Junho 2020	31 de Dezembro 2019
Instrumentos financeiros	11	735.525	677.538
Depósitos		735.525	677.538
Obrigações		16.485	21.663
Sociais e estatutárias	12.a)	479	608
Fiscais e previdenciárias	12.b)	16.006	21.055
Provisões para riscos	14	887	518
Fiscais		339	-
Cíveis		505	480
Trabalhistas		43	38
Obrigações fiscais diferidas	13.c)	50.100	36.976
Outras obrigações		26.241	14.838
Diversas	12.c)	26.241	14.838
Resultado de exercícios futuros		5.027	4.060
Patrimônio líquido	15	499.530	466.067
Capital social		206.805	206.805
Aumento de capital		136.976	-
Reservas de capital		350	350
Reservas de lucros		123.609	258.912
Lucros acumulados		31.790	-
TOTAL DO PASSIVO		1.333.795	1.221.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Referência nota explicativa	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 30 de junho de 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		86.097	79.098
Operações de crédito	Nota 16.a)	8.384	4.646
Arrendamento mercantil financeiro	Nota 16.b)	69.608	64.263
Arrendamento mercantil operacional	Nota 16.b)	8.105	10.189
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(16.306)	(19.164)
Operações de captação no mercado	Nota 16.c)	(13.541)	(13.295)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7	(2.765)	(5.869)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		69.791	59.934
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.775)	(13.565)
Receitas de prestação de serviços		395	212
Despesas de pessoal	Nota 16.d)	(5.398)	(4.578)
Outras despesas administrativas	Nota 16.e)	(1.694)	(1.897)
Despesas tributárias	Nota 13.a)	(7.354)	(6.425)
Outras receitas operacionais	Nota 16.f)	3.710	1.714
Outras despesas operacionais	Nota 16.g)	(434)	(2.591)
RESULTADO OPERACIONAL		59.016	46.369
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		45	44
Receitas		45	44
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		59.061	46.413
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 13	(25.121)	(16.484)
Provisão para imposto de renda		(1.955)	(3.534)
Provisão para contribuição social		(11.133)	(7.948)
Ativo fiscal diferido		(12.033)	(5.002)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(477)	(449)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		33.463	29.480
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	Nota 15.d)		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - BÁSICO			
Ações ordinárias		0,00579	0,00510
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - DILUÍDO			
Ações ordinárias		0,00579	0,00510
MÉDIA PONDERADA DE QUANTIDADE DE AÇÕES - BÁSICA			
Ações ordinárias		5.780.078.463	5.780.078.463
MÉDIA PONDERADA DE QUANTIDADE DE AÇÕES - DILUÍDA			
Ações ordinárias		5.780.078.463	5.780.078.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 30 de junho de 2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	33.463	29.480
Outros resultados abrangentes	-	-
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	33.463	29.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Legal	Estatutárias		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		206.805	-	350	15.041	243.871	-	466.067
Aumento de capital	Nota 15. b)	-	136.976	-	(15.041)	(121.935)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	33.463	33.463
Destinações:								
Reserva legal	Nota 15. c)	-	-	-	1.673	-	(1.673)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		206.805	136.976	350	1.673	121.936	31.790	499.530
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		206.805	-	350	12.033	186.716	-	405.904
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	29.480	29.480
Destinações:								
Reserva legal	Nota 15. c)	-	-	-	1.474	-	(1.474)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019		206.805	-	350	13.507	186.716	28.006	435.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 30 de junho de 2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	33.463	29.480
Ajustes ao lucro líquido do semestre		
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	16.088	4.398
Depreciação e amortização	36	28
Provisão (reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	(1.182)	(394)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.765	5.869
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	12.033	5.002
Provisão para participações no lucro	477	449
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	369	2.263
Provisão para perdas em bens não de uso próprio	-	13
Reversão provisões operacionais	(5)	(24)
Atualização monetária - Selic depósitos judiciais	(3)	(147)
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	30.578	17.457
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	64.041	46.937
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(35.849)	(34.955)
Aumento em arrendamento mercantil	(91.251)	(104.560)
Aumento em operações de crédito	(6.631)	(41.332)
(Aumento) redução em outros créditos	705	20.030
(Aumento) redução em outros valores e bens	(83)	8
Aumento em outras obrigações	18.877	17.828
Aumento em resultado de exercícios futuros	966	155
Aumento em operações de depósitos	57.987	98.471
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.419)	(25.555)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.192	11.982
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação (aquisição) de imobilizado de arrendamento operacional	(32.304)	(10.945)
Alienação (aquisição) de imobilizado de uso	(711)	(111)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(33.015)	(11.056)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.823)	926
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	6.280	1.471
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	1.457	2.397
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.823)	926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Daycoval Leasing, aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido e as notas explicativas.

A divulgação das Demonstrações Contábeis, de forma comparativa, passa a ser apresentada da seguinte forma: (i) o balanço patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; (ii) O balanço por ordem de liquidez e a carteira de arrendamento mercantil reconhecida a valor presente, cujos efeitos estão apresentados na nota 2.1, (iii) as demais demonstrações devem ser comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e (iv) as notas explicativas necessárias para o correto entendimento devem ser apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (1)	4.748/19

(1) A Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

2.1 EFEITOS NA MUDANÇA DE CRITÉRIO NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Circular 3.959/19 alterou a forma de se apresentar as operações de arrendamento mercantil, que anteriormente considerava a classificação do Plano de contas COSIF e agora é apresentada em uma só linha pelo valor presente das operações. Os saldos de créditos tributários e provisão para riscos passaram a ser apresentados em rubrica própria.

Estas reclassificações não alteram o resultado e o patrimônio líquido do Daycoval Leasing.

As respectivas reclassificações encontram-se apresentadas a seguir:

RECLASSIFICAÇÕES NO BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Inicialmente publicado	Reclassificações	Saldo reapresentado
Instrumentos financeiros			
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	965.665	965.665
Arrendamento financeiro a receber	876.187	(876.187)	-
(-) Rendas a apropriar de arrendamento financeiro	(836.637)	836.637	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	3.803	3.803
Créditos tributários	-	11.954	11.954
Outros créditos			
Diversos	27.073	(16.665)	10.408
Arrendamento mercantil financeiro	1.096.272	(1.096.272)	-
Bens arrendados	1.420.098	(1.420.098)	-
(Depreciações acumuladas)	(323.826)	323.826	-
TOTAL DO ATIVO	1.392.725	(171.065)	1.221.660
PASSIVO	Inicialmente publicado	Reclassificações	Saldo reapresentado
Obrigações			
Fiscais e previdenciárias	58.031	(36.976)	21.055
Credores por antecipação de valor residual	171.065	(171.065)	-
Diversas	15.356	(518)	14.838
Provisões para riscos fiscais			
Cíveis	-	480	480
Trabalhistas	-	38	38
Obrigações fiscais diferidas	-	36.976	36.976
TOTAL DO PASSIVO	1.392.725	(171.065)	1.221.660

RECLASSIFICAÇÕES NA DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Inicialmente publicado	Reclassificações	Saldo reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	224.916	145.818	79.098
Arrendamento mercantil financeiro	220.270	(128.495)	91.775
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(164.982)	(145.818)	(19.164)
Operações de arrendamento mercantil	(145.818)	128.495	(17.323)

RECLASSIFICAÇÕES DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Inicialmente publicado	Reclassificações	Saldo reapresentado
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil	134.432	(130.034)	4.398
Amortização das perdas em arrendamento	7.583	(7.583)	-
Superveniência (Insuficiência) de depreciação	(39.496)	39.496	-
(Aumento) redução em arrendamento mercantil	(12.335)	(92.225)	(104.560)
Alienação (aquisição) de imobilizado de arrendamento	(201.291)	190.346	(10.945)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras são:

a) As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Daycoval Leasing.

b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.

d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e) Operações de arrendamento mercantil:

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria n.º 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN.

As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual.

f) As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

g) As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial.

h) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxas anuais, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

j) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base "pro rata" dia.

k) A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável superior a R\$240. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi calculada pela alíquota de 20%, incidente sobre o lucro após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, sendo o seu reconhecimento efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo ou passivo.

Conforme legislação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação com base em geração de lucros futuros.

l) Os créditos tributários de imposto de renda são constituídos sobre prejuízo fiscal de exercícios anteriores, adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. Os créditos tributários de contribuição social foram constituídos aplicando-se a alíquota de 20% sobre as adições e exclusões temporárias apuradas. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda.

n) O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19.

o) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; (ii) amortizações de ativos diferidos; (iii) provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) avaliação de instrumentos financeiros; e (v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 58/86 e Circular BACEN nº 1429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 56.975 (R\$ 39.496 no semestre findo em 30 de junho 2019), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 30 de junho de 2020, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 200.399 (R\$147.904 em 31 de dezembro 2019) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 6. f).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	1.457	6.280
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.457	6.280

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CREDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por tipo de operação:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Financiamentos	68.743	87.265	61.202	88.252
Total de operações de crédito	68.743	87.265	61.202	88.252
Arrendamento mercantil financeiro	437.546	612.821	415.755	549.910
Arrendamento mercantil operacional	54.301	45.415	46.514	38.382
Total de operações de arrendamento mercantil	491.847	658.236	462.269	588.292
Outros créditos	9.041	-	3.803	-
Total de outros créditos	9.041	-	3.803	-
Total da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito	569.631	745.501	527.274	676.544

b) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por nível de risco:

Nível de risco	30/06/2020		31/12/2019	
	Total da carteira de crédito	Total de provisão	Total da carteira de crédito	Total de provisão
AA	192.093	-	105.534	-
A	470.373	2.352	461.787	2.309
B	551.261	5.513	543.518	5.435
C	77.403	2.322	70.792	2.124
D	14.014	1.401	8.182	818
E	3.652	1.096	3.177	953
F	2.561	1.281	2.002	1.001
G	16	11	22	15
H	3.759	3.759	8.804	8.804
Total	1.315.132	17.735	1.203.818	21.459

c) Diversificação por setor econômico da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Setor privado				
Rural	171	0,01%	311	0,03%
Indústria	248.637	18,91%	234.594	19,49%
Comércio	146.990	11,18%	155.651	12,93%
Intermediários financeiros	4.083	0,31%	5.351	0,44%
Outros serviços	910.048	69,19%	801.917	66,61%
Pessoas físicas	5.203	0,40%	5.994	0,50%
Total	1.315.132	100,00%	1.203.818	100,00%

d) Composição por prazo de vencimento da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

30/06/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas vincendas	192.093	470.373	551.143	77.049	13.701	3.506	2.278	4	2.506	1.312.653
Até 3 meses	15.867	63.307	79.014	10.035	2.099	448	487	2	565	171.824
De 3 a 12 meses	47.880	150.602	159.359	27.365	4.500	1.725	905	-	1.169	393.505
De 1 a 3 anos	83.827	196.574	247.603	32.992	5.824	1.154	734	-	639	569.347
De 3 a 5 anos	41.620	52.731	60.809	6.275	1.157	138	71	-	-	162.801
Acima de 5 anos	2.899	6.373	4.081	-	-	-	-	-	-	13.353
Vencidas até 14 dias	-	786	277	382	121	41	81	2	133	1.823
Parcelas vencidas	-	-	118	354	313	146	283	12	1.253	2.479
Até 60 dias	-	-	118	354	158	47	113	2	238	1.030
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	155	48	73	2	198	476
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	51	97	8	487	643
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	330	330
Total	192.093	470.373	551.261	77.403	14.014	3.652	2.561	16	3.759	1.315.132

31/12/2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas vincendas	105.534	461.787	543.461	70.594	8.109	3.170	1.974	6	6.848	1.201.483
Até 3 meses	9.481	73.045	81.915	12.705	1.700	427	380	3	911	180.567
De 3 a 12 meses	19.459	142.082	149.345	24.340	3.402	1.091	714	-	2.105	342.538
De 1 a 3 anos	50.960	203.199	240.288	29.159	2.953	1.330	796	-	3.104	531.789
De 3 a 5 anos	24.929	36.046	64.344	4.052	37	320	84	-	452	130.264
Acima de 5 anos	705	7.004	6.751	31	-	-	-	-	-	14.491
Vencidas até 14 dias	-	411	818	307	17	2	-	3	276	1.834
Parcelas vencidas	-	-	57	198	73	7	28	16	1.956	2.335
Até 60 dias	-	-	57	198	46	2	21	5	239	568
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	27	2	7	3	245	284
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	3	-	8	668	679
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	804	804
Total	105.534	461.787	543.518	70.792	8.182	3.177	2.002	22	8.804	1.203.818

e) Concentração das operações da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

Maiores devedores	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	400.946	30,49	341.159	28,34
50 seguintes maiores devedores	377.396	28,69	344.659	28,63
100 seguintes maiores devedores	216.721	16,48	206.347	17,14
Demais devedores	320.069	24,34	311.653	25,89
Total	1.315.132	100,00	1.203.818	100,00

f) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	975.209	876.187
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(955.099)	(836.637)
Total	20.110	39.550
Residual		
Valores residuais a realizar	479.125	431.722
Valores residuais a balancear	(479.125)	(431.722)
Total	-	-
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	1.549.036	1.360.463
Superveniência de depreciação (nota 4)	241.582	190.701
(-) Insuficiência de depreciação (nota 4)	(41.183)	(42.797)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(543.942)	(447.548)
Perdas em arrendamento a amortizar	32.586	35.453
Total	1.238.079	1.096.272
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(208.773)	(171.065)
Taxa de compromisso	951	908
Total	(207.822)	(170.157)
Total a valor presente da carteira de arrendamento mercantil financeiro	1.050.367	965.665

g) Montante de operações de crédito e de arrendamento mercantil renegociadas:

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2020, o Daycoval Leasing renegociou operações de crédito e de arrendamento mercantil de clientes inadimplentes no montante de R\$ 2.788 (R\$ 3.191 no semestre findo em 31 de dezembro 2019).

h) Recuperação de créditos baixados como prejuízo:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Daycoval Leasing recuperou operações de crédito e/ou arrendamento mercantil anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$ 571 (R\$ 249 em 30 de junho de 2019), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Operações de crédito - Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo" (Nota 15.b).

7. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.f, e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a despesa de provisão para operações de créditos e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, reconhecida nas demonstrações do resultado, na rubrica de "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", apresentou as seguintes movimentações:

	Saldo inicial de provisão	Total de despesa de provisão	Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
30/06/2020				
Operações de crédito	1.672	388	(77)	1.983
Operações de arrendamento mercantil	19.787	2.332	(6.412)	15.707
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	45	-	45
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	21.459	2.765	(6.489)	17.735
30/06/2019				
Operações de crédito	1.536	(398)	(30)	1.108
Operações de arrendamento mercantil	12.388	6.267	(7)	18.648
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	13.924	5.869	(37)	19.756

8. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Diversos:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	197	-	-	-
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	-	75	-	207
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	7.640	-	9.469	-
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	53	-
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso ⁽³⁾	(951)	-	(908)	-
Devedores diversos ⁽⁴⁾	871	-	1.587	-
Total	7.757	75	10.201	207

(1) Refere-se substancialmente à depósitos dados em garantia no montante de R\$ 65 (R\$ 197 em dezembro 2019).

(2) Referem-se substancialmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos no semestre findo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 6.850 (R\$ 8.204 em dezembro 2019).

(3) Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).

(4) Referem-se a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

9. IMOBILIZADO DE USO

	30/06/2020			31/12/2019	
Descrição	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em curso	0	83	-	83	-
Instalações	10	161	(143)	18	3
Mobiliário	10	600	(598)	2	-
Equipamentos de processamento de dados	20	1.087	(1.087)	-	-
Equipamentos de comunicação e segurança	20	280	(53)	227	226
Veículos	20	253	(52)	201	129
Benefetórias em imóveis de terceiros	0	502	-	502	-
Total do imobilizado de uso		2.966	(1.933)	1.039	356

10. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

	30/06/2020	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	232.397	198.700
Móveis	2	-
Veículos	773	2.167
Depreciação acumulada	(118.171)	(102.083)
Provisão para desvalorização	(2.664)	(3.845)
Total do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	112.337	94.939

11. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo, são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	30/06/2020	
	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	735.525	735.525
Total de depósitos	735.525	735.525

	31/12/2019	
	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	677.538	677.538
Total de depósitos	677.538	677.538

(1) Os Depósitos interfinanceiros, mantidos com o Banco Daycoval, estão sujeitos a variação de 109% do CDI.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Sociais e estatutárias:**

	30/06/2020	31/12/2019
Programa de participação nos resultados	479	608
Total	479	608

b) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	1.954	3.951
Provisão para contribuição social sobre o lucro	11.133	14.297
Impostos e contribuições a recolher	2.919	2.807
Total	16.006	21.055

c) Diversas:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores por recursos a liberar ⁽¹⁾	22.944	-	11.291	-
Despesas administrativas a pagar ⁽²⁾	578	-	321	-
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽³⁾	1.453	-	1.831	-
Credores diversos ⁽⁴⁾	111	1.144	125	1.259
Valores a pagar sociedade ligadas	11	-	11	-
Total	25.097	1.144	13.579	1.259

(1) Referem-se a fornecedores de equipamentos de arrendamento.

(2) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

(3) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

(4) Referem-se substancialmente a honorários advocatícios de sucesso no valor de R\$ 1.144 (R\$ 1.259 em dezembro 2019).

13. TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras ⁽¹⁾	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) A Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos para 20%, a partir de 1º de março de 2020

a) Despesas com impostos e contribuições**i. Cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):**

	30/06/2020	30/06/2019
Impostos correntes		
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	58.584	45.964
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes	26.363	18.386
Adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.302)	(1.968)
Outros valores	60	66
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	25.121	16.484
Imposto corrente	13.088	11.482
Imposto diferido	12.033	5.002

ii. Despesas tributárias

	30/06/2020	30/06/2019
Contribuições ao COFINS	2.676	2.647
Contribuições ao PIS / PASEP	435	430
ISS	4.211	3.339
Outras despesas tributárias	32	9
Total	7.354	6.425

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo):

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.059/02, alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN e pela Instrução CVM nº 371/02, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o semestre em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020, conforme art. 32 da Emenda Constitucional nº103, de 13 de novembro de 2019. Dessa forma, os créditos tributários com previsão de realização após 1º de março de 2020 foram constituídos à alíquota de 20% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito do reconhecimento do crédito tributário líquido dos passivos diferidos com a alíquota majorada foi de R\$1.125.

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários:	30/06/2020		
	2019	Constituição	Realização
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	233	166	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.112	1.352	(16)
Outras adições temporárias	1.609	222	(633)
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.954	1.740	(649)

Obrigações fiscais diferidas:

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	36.976	13.124	-
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	36.976	13.124	-

Créditos tributários:	31/12/2019		
	2018	Constituição	Realização
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	2.894	1.179	(3.840)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	4.437	6.201	(526)
Outras adições temporárias	1.636	705	(732)
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	8.967	8.085	(5.098)

Obrigações fiscais diferidas:

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	17.220	19.756	-
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	17.220	19.756	-

Créditos tributários:	30/06/2019		
	2018	Constituição	Realização
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	2.894	1.124	(219)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	4.437	4.367	(465)
Outras adições temporárias	1.636	178	(340)
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	8.967	5.669	(1.024)

Obrigações fiscais diferidas:

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	17.220	9.647	-
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	17.220	9.647	-

d) Previsão de realização dos créditos tributários:

Prazo para realização em:	30/06/2020		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total de impostos diferidos
Até 1 ano	4.928	3.942	8.870
Até 2 anos	1.426	1.140	2.566
Até 3 anos	563	450	1.013
Até 4 anos	233	187	420
Até 5 anos	98	78	176
Total	7.248	5.797	13.045

Prazo para realização em:	31/12/2019		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total de impostos diferidos
Até 1 ano	4.003	3.018	7.021
Até 2 anos	1.602	1.291	2.893
Até 3 anos	752	567	1.319
Até 4 anos	305	230	535
Até 5 anos	106	80	186
Total	6.768	5.186	11.954

Em 30 de junho de 2020, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$ 12.636 (R\$11.138 em dezembro 2019) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes** - em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:**

O Daycoval Leasing é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.m). A Administração do Daycoval Leasing entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão apresentados a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Processos cíveis	505	480
Processos trabalhistas	43	38
Processos fiscais	339	-
Total	887	518

	30/06/2020	
	Cíveis	Fiscais
Saldo no início do exercício	480	38
Constituição (reversão)	25	5
Saldo ao final do exercício	505	43

	30/06/2019	
	Cíveis	Fiscais
Saldo no início do exercício	144	7.092
Constituição (reversão)	408	1.855
Saldo ao final do exercício	552	8.947

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

AIIM nº 4.012.543-9 no montante de R\$54.148, dos quais R\$47.826 são classificados como perda remota, cuja possibilidade de êxito da ação é corroborada com a assinatura do convênio ICMS nº 36 e homologado pelos Decretos paulistas nºs 56.045/2010 e 56.952/2013. Já o montante de R\$6.322 classificados como risco possível foi objeto de pagamento beneficiado pelo PEP – Programa especial de Parcelamento promulgado pelo governo paulista através do Decreto 60.444/2014, no valor de R\$3.857 pagos em 29 de agosto de 2014.

Processo nº 0030121-4.2011.8.16.0021 Execução fiscal de ISS do município de Cascavel-PR, no montante de R\$ 20, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

Processo nº 0160975-31.2016.8.13.0702 Execução fiscal de ISS do município de Uberlândia-Mg, no montante de R\$ 90, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

d) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:**

Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais que, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não apresentam valores com a referida classificação, assim como as ações trabalhistas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não apresentam tal classificação.

e) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:**

As ações cíveis, em 30 de junho de 2020, montam risco aproximado de R\$ 505 (R\$ 480 em 31 de dezembro 2019) e referem-se a pedidos de indenizações por danos morais e materiais. As ações trabalhistas, em 30 de junho de 2020, montam risco aproximado de R\$ 43 (R\$ 38 em 31 de dezembro 2019), (nota 13b).

Contingências fiscais, o Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 30 de junho de 2020, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações montam, R\$ 339, que provisionamos como contingências fiscais.

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:**

O capital social é de R\$ 206.805 (R\$ 206.805 em dezembro 2019), está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas (5.780.078.463 em dezembro 2019), sem valor nominal. O estatuto social do Daycoval Leasing estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.

b) **Aumento de capital**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Daycoval Leasing no montante de R\$136.976, mediante a incorporação das reservas legal e estatutárias, sem emissão ações ordinárias. O Daycoval Leasing aguarda a homologação do aumento de capital pelo Bacen, para efetivar sua transferência para a rubrica de Capital.

c) **Reservas de capital e lucros:**

	30/06/2020	31/12/2019
Reserva de capital	350	350
Reservas de lucros	123.609	258.912
Reserva legal ⁽¹⁾	1.673	15.041
Reservas estatutárias ⁽²⁾	121.936	243.871
Lucros acumulados	31.790	-
Lucros Acumulados	31.790	-

⁽¹⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

⁽²⁾ É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) **Lucro líquido por ação**

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas	33.463	29.480
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	33.463	29.480
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social⁽¹⁾		
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,00579	0,00510
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,00579	0,00510

⁽¹⁾ A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante o semestre findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA****a) Operações de crédito:**

	30/06/2020	30/06/2019
Financiamentos	8.384	4.646
Total do resultado com operações de crédito	8.384	4.646

b) Operações de arrendamento mercantil:

	30/06/2020	30/06/2019
Arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	235.427	182.694
Arrendamento mercantil financeiro – recursos externos	-	8
Lucro na alienação de bens arrendados	7.453	9.807
Recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo (Nota 6.h)	571	249
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(173.843)	(128.495)
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	69.608	64.263
Arrendamento mercantil Operacional		
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	34.809	27.477
Arrendamento mercantil operacional – recursos externos	-	35
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(26.704)	(17.323)
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	8.105	10.189

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**c) Operações de captação no mercado:**

	30/06/2020	30/06/2019
Depósitos interfinanceiros	(13.541)	(13.295)
Total do resultado de operações de captação no mercado	(13.541)	(13.295)

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**d) Despesas de pessoal:**

	30/06/2020	30/06/2019
Proventos	(2.930)	(2.827)
Encargos sociais	(1.213)	(988)
Benefícios	(785)	(747)
Honorários da diretoria	(468)	-
Treinamento	(2)	-
Acordos trabalhistas	-	(16)
Total de despesas com pessoal	(5.398)	(4.578)

e) Outras despesas administrativas:

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de processamento de dados	(724)	(584)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(479)	(452)
Outras despesas administrativas	(262)	(454)
Despesas de aluguéis e seguros	(120)	(189)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(50)	(59)
Despesas de depreciação e amortização	(34)	(29)
Despesas de comunicações	(18)	(60)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(5)	(46)
Despesas de água, energia e gás	(1)	(21)
Despesas com materiais	(1)	(3)
Total de outras despesas administrativas	(1.694)	(1.897)

f) Outras receitas operacionais:

	30/06/2020	30/06/2019
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	3.030	1.353
Variação monetária ⁽²⁾	677	214
Atualização de depósitos judiciais	3	147
Total de outras receitas operacionais	3.710	1.714

(1) Refere-se, substancialmente, à reversão de provisão de perdas de bens de arrendamento operacional e rendas de títulos e créditos a receber.

(2) Refere-se à variação monetária dos contratos de operações de crédito indexados ao CDI.

g) Outras despesas operacionais:

	30/06/2020	30/06/2019
Contingências fiscais	(339)	-
Outras despesas operacionais	(65)	(327)
Contingências cíveis	(25)	(409)
Contingências trabalhistas	(5)	(1.855)
Total de outras despesas operacionais	(434)	(2.591)

17. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ACORDO DE BASILEIA**Gerenciamento de capital**

O Daycoval Leasing mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital social do Daycoval Leasing é monitorada, dentre outras formas, por meio da observação das regras e proporções estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia e adotadas pelo Banco Central do Brasil.

O objetivo principal do gerenciamento de capital do Daycoval Leasing é garantir que se cumpram com os requerimentos de capital impostos externamente, e que mantenha um rating de crédito forte e proporções de capital saudáveis com fins de suportar seus negócios e maximizar o valor de suas ações aos seus acionistas.

Acordo de Basileia

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- Nova metodologia facultativa para apuração dos requerimentos mínimos de capital para as cooperativas de crédito que optarem pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) e introdução do Adicional de Capital Principal específico para essas cooperativas.

Além dos assuntos mencionados anteriormente, o CMN regulamentou a nova forma de elaboração e remessa de informações utilizando um novo documento denominado Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, que passou a ser utilizado como base de apuração do Patrimônio de Referência (PR) a partir de janeiro de 2015.

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentem capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem percentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, e que seguirão o cronograma apresentado a seguir:

	30/06/2020	30/06/2019
Capital principal ^(a) (mínimo + adicional)	7,0% a 9,5%	7,0% a 9,5%
Nível I ^(b) (mínimo + adicional)	8,5% a 11,0%	8,5% a 11,0%
PR ^(c) (mínimo + adicional)	13,0% a 11,75%	10,5% a 13,0%

a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;

b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e

c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

A Resolução CMN nº 4.783/20, estabeleceu a redução do Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), a partir de 1º de abril de 2020, de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano após esse período, sendo que a exigência será gradualmente restabelecida até 31 de março de 2022 ao patamar de 2,5%.

As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstrados a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	30/06/2020	30/06/2019
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	499.530	466.067
Patrimônio de referência Nível I	499.530	466.067
Patrimônio líquido	499.530	466.067
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.562.417	1.433.999
Exposição ao risco de crédito – RW Acpad	1.331.368	1.216.743
Ativos de câmbio – RW Acam	-	-
Risco operacional - RW Aopad	231.049	217.256
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	124.993	114.720
Índice de Basileia	31,97%	32,50%
Parcela de taxa de juros no Banking Book (Pbanking)	62.757	15.695

(1) O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR), determinado pela Resolução CMN nº4.193/13, que corresponde à aplicação do fator "F" sobre o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) apresentará redução gradual da seguinte forma: (i) 8,625% até 31 de dezembro de 2018; e (ii) 8% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019, o Patrimônio de Referência do Daycoval Leasing excedeu em 299,65% e em 306,26%, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 30 de junho de 2020 e de dezembro de 2019:

Transações	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Controlador				
Banco Daycoval S.A.	(735.536)	(13.541)	(677.496)	(13.295)
Outros créditos – diversos	-	-	53	-
Depósitos interfinanceiros	(735.525)	(13.541)	(677.538)	(13.295)
Outras obrigações – diversas	(11)	-	(11)	-

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019, quais sejam:

2019	Taxa de remuneração	(Passivo)	
		De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros			
Controlador		(735.525)	(735.525)
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(735.525)	(735.525)
2018			
Depósitos interfinanceiros			
Controlador		(677.538)	(677.538)
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(677.538)	(677.538)

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Desta forma, o Daycoval Leasing não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou seus familiares.

19. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Determinação e hierarquia do valor justo**

O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida (ex.: debêntures) de empresas são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	1.315.132	1.553.594	1.203.818	1.426.595
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Depósitos interfinanceiros	(735.525)	(736.128)	(677.538)	(679.929)

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Daycoval Leasing faz parte do Conglomerado Daycoval que exerce a gestão de governança de forma integrada, valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias e ferramentas de mensuração e controle, para isso se utiliza de estrutura comum de Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Ouvidoria e Comitê de Auditoria.

Como em toda atividade bancária, as operações do Daycoval Leasing estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a atividade de gestão de riscos essencial para o bom desempenho e a continuidade de negócios.

Os principais processos do gerenciamento de riscos do Daycoval Leasing têm como finalidade identificar, mensurar e monitorar os riscos existentes nas diversas áreas e produtos da instituição.

O contínuo monitoramento dos riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e o cumprimento dos objetivos da instituição e assegurar a suficiência do Capital Principal, do Nível I e do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a regulamentação em vigor, para cobertura dos riscos.

As estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos do Daycoval Leasing são independentes das áreas de negócios da instituição e estão de acordo com as recomendações do acordo de Basileia, uma é responsável pela consolidação dos indicadores de riscos de crédito, liquidez e mercado, e outra pela consolidação dos indicadores de risco operacional.

A gestão de riscos do Daycoval Leasing está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor.

Essa estrutura compõe o sistema de controles internos, que opera em linha com os requerimentos estabelecidos pelos principais reguladores, nacionais e internacionais, cujos manuais e normas estão disponíveis nas dependências do Daycoval Leasing como determina a regulamentação em vigor, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Principais categorias de riscos:

a) Risco de crédito

O Daycoval Leasing utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

b) Risco de mercado

O Daycoval Leasing é uma instituição de nicho operando basicamente no financiamento de bens para pessoas físicas e jurídicas, em sua maioria através de operações de arrendamento mercantil.

O Daycoval Leasing não realiza operações de "trading", portanto, não assume posições de risco em relação a títulos e valores mobiliários.

A instituição utiliza instrumentos derivativos de hedge para proteger suas operações, sujeitas ao risco de mercado. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de grandes variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa. Com base nos sistemas de ativos e passivos, o Daycoval Leasing utiliza relatórios para o controle, mensuração e gerenciamento do risco de taxa de juros.

As posições existentes em títulos e valores mobiliários não representam especulação no mercado de capitais, portanto, não têm a intenção de obter lucros com as variações de taxas ou preços. Tais posições são meramente para aplicação das disponibilidades e formação de um colchão de liquidez.

c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez do Daycoval Leasing visa assegurar a capacidade de pagamento da instituição e monitorar o cumprimento das diretrizes e limites definidos, tais como caixa mínimo, índices de liquidez e concentração de fontes de recursos.

No processo de acompanhamento da liquidez, é elaborada diariamente a previsão de caixa e realizada a projeção do fluxo de entrada e saída diário de recursos, com base nas informações e registros das transações realizadas ou previstas.

A projeção de fluxo de caixa para os próximos 90 dias considera diferentes cenários, sendo eles:

a) Fluxo de Caixa Contratado: Fluxo de Caixa previsto dadas que as condições iniciais contratadas das operações se mantenham;

b) Fluxo de Caixa Esperado: Fluxo de Caixa previsto com condições mais alinhadas com o dia a dia da instituição, sendo essas favoráveis ou desfavoráveis;

c) Fluxo de Caixa Estressado: Fluxo de Caixa previsto somente com condições desfavoráveis à instituição, visando simular eventos negativos extremos de liquidez.

Estes cenários podem ser revistos permanentemente ou temporariamente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrente de decisões estratégicas da instituição. Para tanto, o Daycoval Leasing dispõe de sistema de gerenciamento de risco de liquidez capaz de realizar de maneira tempestiva o cálculo das projeções de fluxo de caixa considerando diferentes alternativas de cenários.

d) Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval Leasing, possui um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

• Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

• Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval Leasing e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval Leasing.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Banking para as datas-base de 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019:

Fatores de risco	30/06/2020 Cenários			31/12/2019 Cenários		
	1	2	3	1	2	3
Pré-fixado	(35.494)	(51.707)	(67.457)	(28.458)	(47.346)	(65.401)
Pós-fixado	(718)	(1.060)	(1.401)	(1.345)	(2.278)	(3.202)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,16 (R\$/US\$4,57 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 4,89% a.a. (7,05% a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 77.945 pontos (98.298 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 3,87% a.a. (5,34% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,16 (R\$/US\$6,86 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 6,11% a.a. (8,81% a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 58.459 pontos (73.723 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 4,84% a.a. (6,68% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,16 (R\$/US\$6,86 em 31 de dezembro de 2019); (ii) taxa de juros pré-fixada de 7,34% a.a. (10,58% a.a. em 31 de dezembro de 2019); (iii) Ibovespa de 38.973 pontos (49.149 pontos em 31 de dezembro de 2019); e (iv) cupom cambial de 5,81% a.a. (8,01% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações financeiras. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

e) Riscos operacionais e tecnológicos

É possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval Leasing conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Esta estrutura é composta pelo Comitê de Risco Operacional, Gerência de Risco Operacional e Agentes Internos de Risco Operacional (AIROs). Os AIROs são selecionados e devidamente treinados para atuar como parceiros da área de Risco Operacional na identificação, controle e monitoramento de ações que envolvem qualquer tipo de risco.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Daycoval Leasing avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da Pandemia do COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. Os impactos finais desta pandemia ainda demandarão tempo para serem calculados, tendo em vista que a doença ainda não está sob controle, o que resulta em restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos o mundo, desencadeando forte crise sobre diversos setores de negócio, gerando impactos econômicos relevantes, ordens de governos para que a população adote o isolamento social como forma de prevenção à propagação do vírus, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas.

No Brasil, além dos impactos gerados pelo COVID-19, as discussões sobre reformas estruturais importantes, tais como o controle de gastos públicos e mudanças tributárias, apresentam desaceleração em seu ritmo e, combinados com a situação de pandemia, resulta em uma deterioração dos principais indicadores econômicos, incluindo a taxa de câmbio que encerrou o trimestre em patamar bastante superior ao observado no final de 2019 – R\$5,21/US\$ versus R\$4,03/US\$, além de projeções de retração do PIB brasileiro ao final de 2020.

Com o objetivo de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países adotando medidas de enfrentamento da Pandemia. No Brasil, diversas medidas foram adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros de 4,25% a.a. para 3,75% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas físicas e jurídicas e dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução nº 4.783/20 – diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,25%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições;
- Resolução nº 4.795/20 - autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG);
- Resolução nº 4.803/20- permitir a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020 para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

Além das medidas tomadas para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão da Covid-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados.

É possível verificar que, mesmo com todas essas medidas adotadas ou em fase de discussão e/ou aprovação, as projeções indicam uma recessão em 2020 para o Brasil. Nossas operações, substancialmente, ocorrem no mercado doméstico e, consequentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não é possível controlar ou prever se outras medidas ou políticas serão adotadas pelo governo e seus respectivos órgãos, em resposta à atual ou à futura situação econômica brasileira e, tampouco, como a intervenção ou políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas.

Estimamos que nossos ativos e passivos possam ser impactados em razão da Covid-19, mesmo que tenhamos adotado medidas econômicas, administrativas e operacionais para protegê-los, no entanto, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras e, considerando o atual momento da crise provocada pelo vírus, ainda não foi possível mensurar tais impactos.

Relacionamos a seguir, os principais itens de nossas demonstrações financeiras com possível impacto:

- Operações de crédito: poderemos enfrentar aumento do nível de atraso no pagamento de empréstimos, contratados por pessoas físicas e jurídicas, uma vez que as condições econômicas se agravem.
- Créditos tributários: sua realização dependerá de resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso se prolongue por um longo período;
- Provisões cíveis: o número de ações processuais pode aumentar e possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais.

Nossas atividades estão com sua capacidade operacional preservada e, desde o início da Pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Criamos um comitê de crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que se reúne diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações.

Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, desde o final de março/2020, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos desta pandemia sobre nossas operações e nossos colaboradores, destacando que os processos operacionais e os controles internos estão preservados e operando normalmente.

A seguir, listamos algumas destas medidas:

- Afastamento de funcionários do grupo de risco por tempo indeterminado;
- Intensificação do trabalho em home office, via acesso remoto por meio de fornecimento de computadores (laptops) para que parte relevante de nossos colaboradores execute suas rotinas trabalhando em casa;
- Protocolo de acompanhamento para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19;
- Comunicação intensiva junto às agências, clientes e colaboradores sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo vírus; e

• Criação da campanha Conexão do Bem Daycoval, com o objetivo de combater a propagação do vírus e seus efeitos na saúde e na economia, a cada Real doado pelos colaboradores o Daycoval doa mais dois. Estes recursos serão utilizados para compra de máscaras de proteção produzidas por pequenas e médias empresas que estão convertendo suas atividades para a produção de tais itens.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez para manter níveis de risco adequados e de acordo com os limites estabelecidos internamente e pelos reguladores, além de monitorar os cenários econômicos nacional e internacional, para manter a capacidade administrativa e operacional.

A mensuração dos impactos futuros relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração, muito embora, possuam elevado grau de incerteza.

Todas as projeções econômicas dependerão do desenvolvimento e controle desta Pandemia, tendo em vista que, sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A Administração



Jefferson Corredor
Contador
CRC 1SP132677/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência das alterações sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, trazidas pela Resolução nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e pela Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019, emitidas pelo BACEN, no que se refere a apresentação do ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil financeiro, a qual era objeto de ressalvas nos relatórios do auditor independente, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e ao semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na norma brasileira NBC TG 23 ou no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4